



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 383-A, DE 2017, QUE "ALTERA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA GARANTIR RECURSOS MÍNIMOS PARA O FINANCIAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)".

### REQUERIMENTO Nº , DE 2021 (Do Sr. Eduardo Barbosa)

Requer a realização de audiência pública para debater a PEC 383-A, de 2017, que "Altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)".

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ouvido o Plenário, a realização de audiência pública para debater a PEC 383-A, de 2017, do ponto de vista das dificuldades impostas pelo teto de gastos, da importância de assegurar recursos para o financiamento da política de assistência social e a vinculação constitucional de percentual das receitas com vistas à redução da pobreza, dentre outras abordagens.

Para a audiência pública, sugiro os seguintes convidados:

- Felipe Scudeler Salto - Diretor-Executivo do Instituto Fiscal Independente – IFI;
- Geraldo Biasoto- Professor do Instituto de Economia da Unicamp.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### JUSTIFICAÇÃO

A vinculação constitucional de recursos para a política de Assistência social é um tema que vem sendo debatido por especialistas e pela sociedade civil desde que a assistência social passou a compor o tripé da Seguridade Social, a partir da Constituição Federal de 1988.

Dentre as três áreas que compõem o sistema de proteção social, a saúde e a previdência social possuem fontes de financiamento asseguradas constitucionalmente, mas a assistência social ainda caminha lentamente com recorrentes cortes orçamentários que a cada dia vêm precarizando sensivelmente a oferta dos serviços socioassistenciais.

Destaque-se que o nosso país passa por grave crise social e econômica, muito em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus que provocou o aumento do desemprego e a redução da renda das famílias, e o aumento da pobreza e a volta da fome são as condições atuais da nossa população que mais preocupam aqueles que se dedicam às causas sociais.

Assim, a apreciação da PEC 383, de 2017, vem em boa hora, e por essa razão identificamos alguns especialistas para que a Comissão Especial organize audiências públicas para ampliar o nosso entendimento a respeito da importância do incremento do financiamento dessa política tão estruturante para a redução de desigualdades e de combate à pobreza, no momento em que o Brasil exige que a política econômica caminhe lado a lado com as políticas sociais, com definição clara de prioridades para o gasto público.

Pelo exposto, solicito a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 2021.

**Deputado EDUARDO BARBOSA**  
**PSDB / MG**

